

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Pau D'Arco**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Pau D'Arco (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Pau D'Arco apresentou uma trajetória de crescimento moderado, passando de 64,0% em 2019 para 68,6% em 2020 e atingindo o pico de 68,8% em 2021. Esse aumento, embora discreto, aponta para o agravamento das condições socioeconômicas no município durante o período pandêmico, em sintonia com as dificuldades econômicas enfrentadas em nível nacional. No entanto, a partir de 2022, a taxa começou a recuar de forma significativa, caindo para 63,8% e, posteriormente, para 53,1% em 2023, indicando melhora nas condições sociais

locais (Gráfico 1).

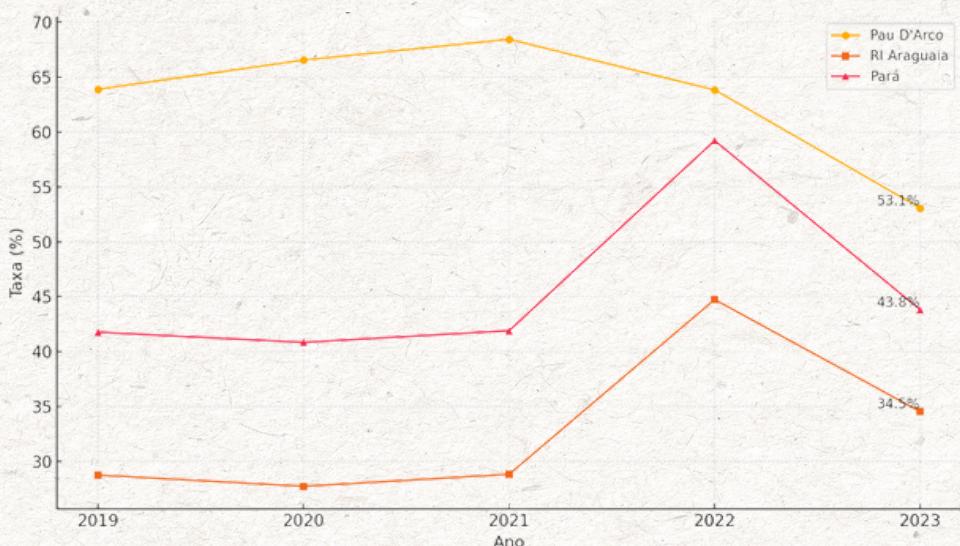
Na Região de Integração do Araguaia, da qual Pau D'Arco faz parte, a taxa de pobreza se manteve relativamente estável até 2021, flutuando entre 27,8% e 28,8%. Contudo, em 2022, observou-se um salto expressivo para 44,6%, seguido por uma retração para 34,5% em 2023. Esse comportamento sinaliza um impacto acentuado, porém temporário, de crises econômicas e sociais, com recuperação parcial no ano seguinte. A oscilação em curto prazo sugere vulnerabilidades na capacidade da região de sustentar melhorias consistentes (Gráfico 1).





No estado do Pará, a evolução da taxa de pobreza foi semelhante à tendência regional, com estabilidade de 2019 a 2021 (entre 40,9% e 41,8%), seguida por um pico abrupto em 2022 (59,2%) e uma queda em 2023 (43,8%). Esse comportamento reforça a ideia de que 2022 foi um ano crítico, possivelmente reflexo residual dos efeitos da pandemia e da inflação sobre a renda das famílias. Ainda que a recuperação em 2023 seja positiva, os níveis permanecem altos, evidenciando que a pobreza continua sendo um desafio estrutural no estado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Pau D'Arco apresentou elevação nas despesas com serviços essenciais entre 2019 (67,8%) e 2021 (70,5%), demonstrando um esforço de priorização de áreas como saúde, educação e assistência social. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma redução gradual desse percentual, que caiu para 67,5% em 2022 e para 65,0% em 2023. Embora ainda superior ao observado nas demais esferas territoriais, essa queda pode indicar realocação orçamentária ou limitações fiscais enfrentadas pelo municí-

pio (Gráfico 2).

Na Região de Integração do Araguaia, as despesas com serviços essenciais oscilaram em um intervalo mais estreito, partindo de 64,7% em 2019 para um patamar inferior nos anos seguintes, estabilizando-se em torno de 61,8% em 2023. O declínio de aproximadamente 3 pontos percentuais sugere uma leve redução do esforço público regional em serviços básicos, o que pode ter reflexos negativos sobre a qualidade de vida da população se não for compensado por ganhos de eficiência (Grá-

fico 2).

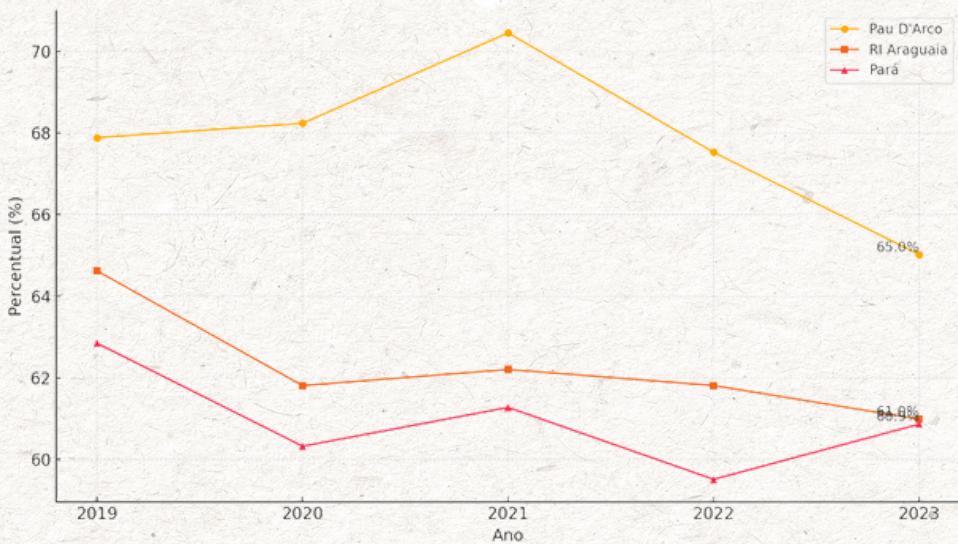
No estado do Pará, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais também apresentou tendência de queda, saindo de 62,8% em 2019 para 60,7% em 2023, com o ponto mais baixo sendo registrado em 2022 (59,5%). Essa trajetória revela uma possível compressão dos investimentos sociais em meio a pressões orçamentárias. Ainda que o percentual permaneça acima de 60%, a tendência descendente levanta preocupações sobre a sustentabilidade das políticas públi-



cas voltadas ao atendimento das necessidades básicas da população paraense (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Pau D'Arco, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 5,0%, subindo abruptamente para 9,3% em 2020 – possivelmente refletindo impactos indiretos da pandemia, como piora nas condições nutricionais maternas e limitações no pré-natal. A partir de 2021, houve um recuo gradual dessa taxa, chegando a 8,4% em 2021, 7,3% em 2022 e, finalmente, 6,0% em 2023, sinalizando uma retomada da estabilidade nos cuidados materno-infantis no município (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Araguaia, a prevalência de bai-

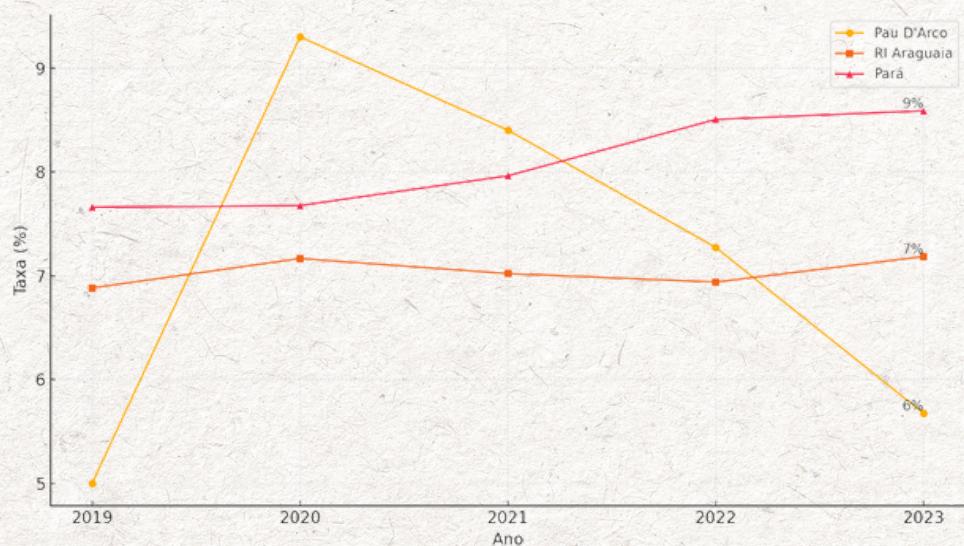
xo peso ao nascer manteve-se relativamente estável durante todo o período, variando entre 6,9% e 7,2%. Essa constância pode refletir uma rede de atenção básica mais consolidada ou menor vulnerabilidade frente a crises abruptas. Mesmo sem apresentar quedas expressivas, a estabilidade em patamares moderados é um aspecto positivo em comparação com os picos observados em Pau D'Arco (Gráfico 3).

Já no estado do Pará, observou-se uma tendência de crescimento contínuo no indicador, com a taxa passando de 7,6% em 2019 para 9,0% em 2023. Esse crescimento gradual e persistente pode indicar

deterioração nas condições estruturais de saúde e nutrição em nível estadual, com ênfase na necessidade de políticas públicas voltadas à gestação saudável e à primeira infância. O contraste entre a redução em Pau D'Arco e o aumento no estado sugere dinâmicas locais específicas que podem ter favorecido o município mais recentemente (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

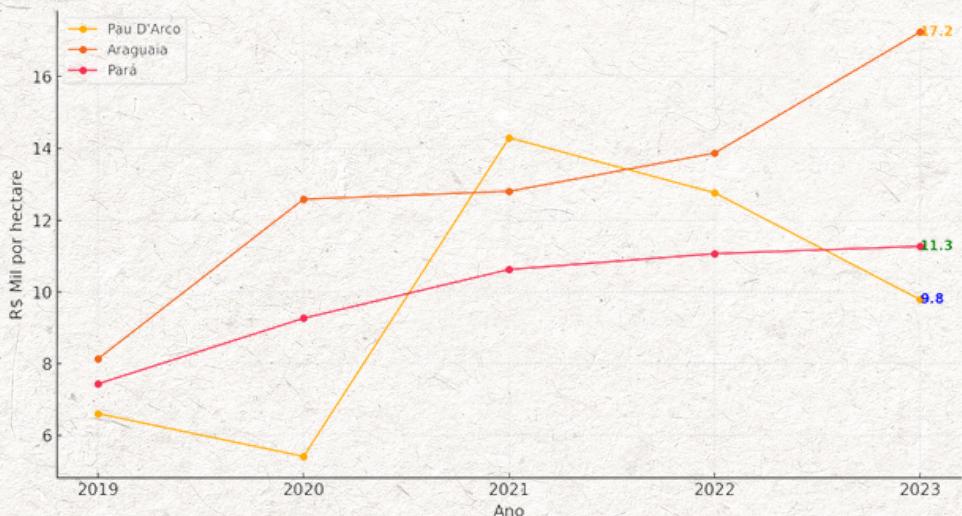
A produtividade agrícola em Pau D'Arco passou por variações significativas entre 2019 e 2023. Partindo de R\$ 6,6 mil por hectare em 2019, houve uma queda em 2020 para R\$ 5,4 mil, seguida por um expressivo salto para R\$ 14,4 mil em 2021 – desempenho atípico que pode refletir fatores como aumento nos preços de commodities, condições climáticas favoráveis ou ganho de eficiência pontual. No entanto, essa produtividade começou a cair nos anos seguintes, atingindo R\$ 12,8 mil em 2022 e R\$ 9,8 mil em 2023, sinalizando possível esgotamento de condições favoráveis ou retorno à média histórica (Gráfico 4).

mento de condições favoráveis ou retorno à média histórica (Gráfico 4).

Na Região de Integração do Araguaia, observa-se uma trajetória mais linear e ascendente. A produtividade agrícola saltou de R\$ 8,1 mil em 2019 para R\$ 12,6 mil em 2020 e seguiu crescendo até atingir R\$ 17,2 mil por hectare em 2023. Esse desempenho consistente sugere um processo regional de modernização ou expansão da atividade agrícola, com ganhos acumulados de produtividade ao longo do quinquênio (Gráfico 4).

Em relação ao estado do Pará, a produtividade também aumentou, embora de forma mais modesta. Partindo de R\$ 7,3 mil em 2019, o estado alcançou R\$ 11,3 mil por hectare em 2023. Esse crescimento gradual revela avanços no setor agrícola estadual, possivelmente ligados à adoção de tecnologias, melhoria no acesso a insumos e expansão da fronteira agrícola. A comparação com Pau D'Arco indica que, apesar de oscilações locais, a tendência geral na região é de crescimento produtivo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

recuperação expressiva dos serviços de saúde infantil ou possíveis lacunas na notificação mais recente (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Araguaia, a mortalidade infantil apresentou variações mais sutis e maior estabilidade. Em 2019, o índice era de 17,8 por mil nascidos vivos, subindo levemente para 18,5 em 2020 e voltando a cair gradualmente até atingir 15,7 em 2022. Em 2023, a taxa voltou a subir para 18, o que pode indicar oscilações normais em regiões com pequenos contingentes populacionais, mas também a necessidade de reforçar as políticas preventivas e de atenção neonatal (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

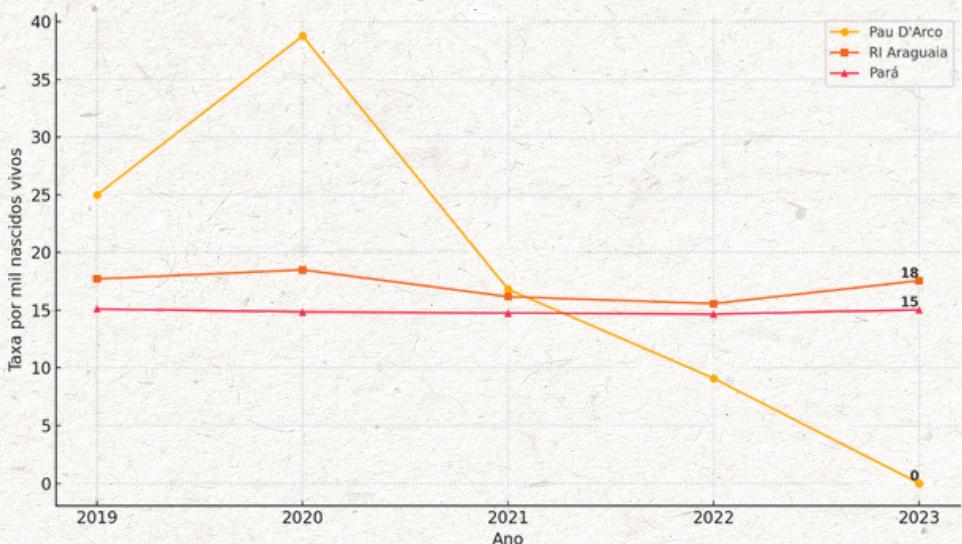
Em Pau D'Arco, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação ao longo do período. Em 2019, o indicador estava em 25 por mil nascidos vivos e saltou drasticamente para 39 em 2020, possivelmente em decorrência dos impactos da pandemia sobre o sistema de saúde local. A partir de 2021, houve uma queda acentuada, com a taxa diminuindo para 17 naquele ano, e mantendo-se em declínio nos anos seguintes: 9 em 2022 e 0 em 2023, o que sugere, ao menos em parte, uma





No estado do Pará, a taxa permaneceu praticamente estável durante todo o período, oscilando levemente entre 14,9 e 15,3 por mil nascidos vivos. Essa estabilidade pode ser interpretada como sinal de consolidação dos serviços estaduais de saúde voltados à infância, embora a manutenção da taxa em patamares ainda elevados indique desafios estruturais persistentes. A comparação com Pau D'Arco em 2023, que apresentou taxa zero, pode ser atípica e requer cautela, pois pode refletir subnotificação ou flutuação estatística devido ao baixo número de nascimentos no município (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Pau D'Arco cresceu consideravelmente entre 2019 e 2021, partindo de 5,5 médicos em 2019 e atingindo o pico de 11,2 em 2021. Esse salto pode estar relacionado a programas federais de interiorização da saúde, contratações emergenciais durante a pandemia ou incremento local na oferta de serviços de saúde. Após uma leve redução para 8,7 médicos

em 2022, o número voltou a subir em 2023, alcançando 10 médicos por 10 mil habitantes, o que representa um patamar elevado para municípios de pequeno porte (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Araguaia, o crescimento também foi contínuo, mas mais gradual. Em 2019, a média regional era de 4,8 médicos por 10 mil habitantes, mantendo-se estável até 2020. A

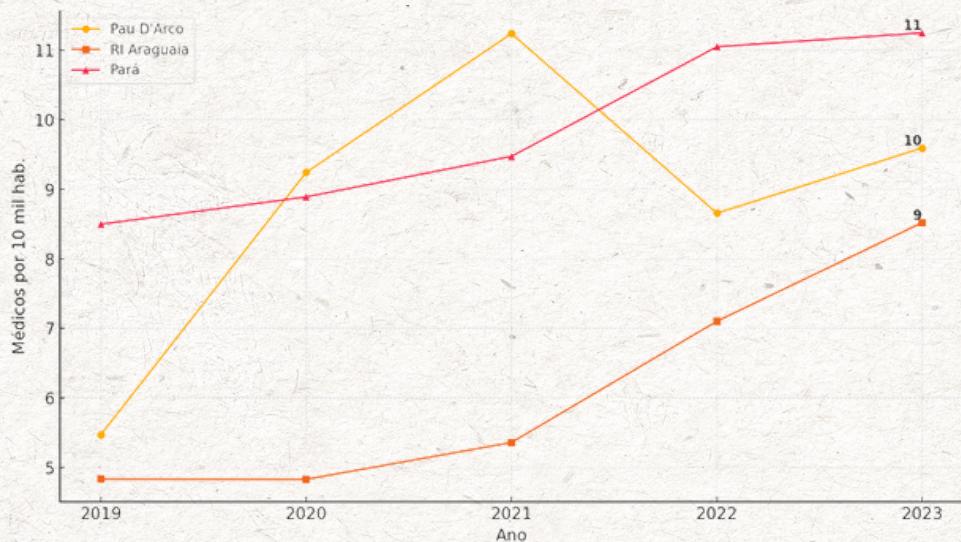
partir de 2021, observou-se um crescimento consistente, chegando a 7,1 em 2022 e 9,0 em 2023. Esse avanço regional reflete uma possível estratégia de fortalecimento da rede básica de saúde, o que pode estar contribuindo para a melhora de outros indicadores sociais (Gráfico 6).



Em nível estadual, o Pará apresentou aumento constante na densidade médica, partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegando a 11,2 em 2023. Essa trajetória evidencia uma ampliação significativa da capacidade de atendimento em saúde, embora ainda desigual en-

tre regiões e municípios. A convergência dos dados de Pau D'Arco e do estado em 2023 sinaliza que o município conseguiu, ao menos temporariamente, alcançar o padrão estadual, o que pode ter contribuído para a redução da mortalidade infantil observada no mesmo período (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Pau D'Arco apresentou uma tendência inicial de crescimento no número de vagas no ensino público por mil habitantes, saindo de 319 em 2019 para 361 em 2021. Esse aumento sugere um possível esforço de ampliação da capacidade da rede escolar local, o que pode ter sido impulsionado por políticas de inclusão educacional ou ajustes na estrutura de atendimento. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma redução acentuada, com o indicador caindo para 275 e, em 2023, para 249, o que pode sinalizar uma redução na demanda, encerramento de turmas ou racionalização da oferta de vagas (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Araguaia, o indicador perma-

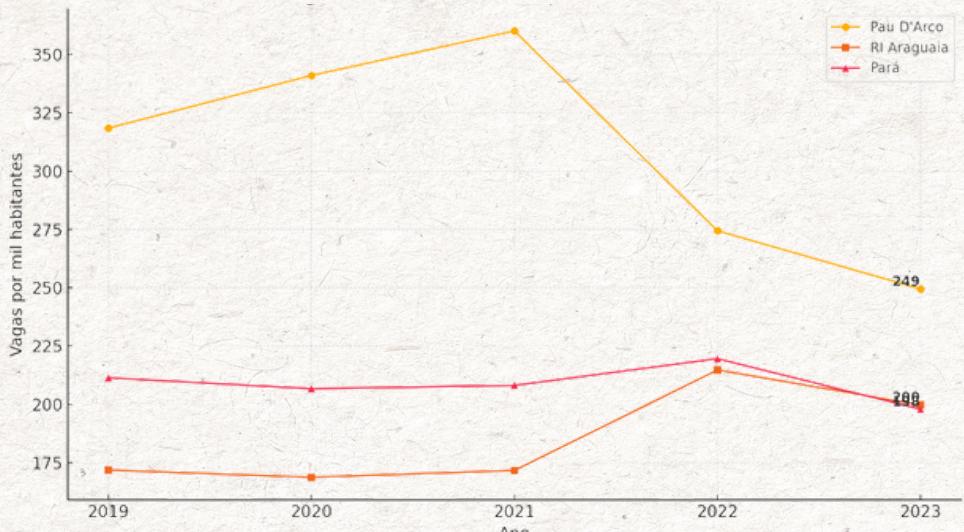
neceu praticamente estável entre 2019 e 2021, variando ligeiramente entre 171 e 172 vagas por mil habitantes. Contudo, houve um salto expressivo em 2022, atingindo 215 vagas, seguido de queda para 200 em 2023. Essa variação mais recente pode estar associada a adaptações pós-pandemia ou reorganizações administrativas que influenciaram a dinâmica das matrículas e da oferta regional de ensino público (Gráfico 7).

No estado do Pará como um todo, a oferta de vagas por mil habitantes manteve-se mais estável e em patamar intermediário. O índice variou entre 206 em 2019 e 218 em 2022, com uma leve retração para 199 em 2023. Essa leve oscilação indica relativa cons-



tância no planejamento estatal de oferta educacional, com possível redução recente relacionada à diminuição de matrículas na rede pública ou redirecionamentos de políticas públicas educacionais em face das mudanças demográficas e fiscais (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 249 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Pau D'Arco apresentou um avanço expressivo no percentual de escolas com acesso à internet entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 36,6% das escolas estavam conectadas, índice que se manteve estável até 2021. Em 2022, houve um salto para 64,6%, culminando em uma universalização do acesso em 2023, com 100% das escolas conectadas. Esse resultado evidencia investimentos relevantes em infraestrutura digital, possivelmente impulsionados por programas federais e estaduais de conectividade escolar durante e após a pandemia (Gráfico 8).

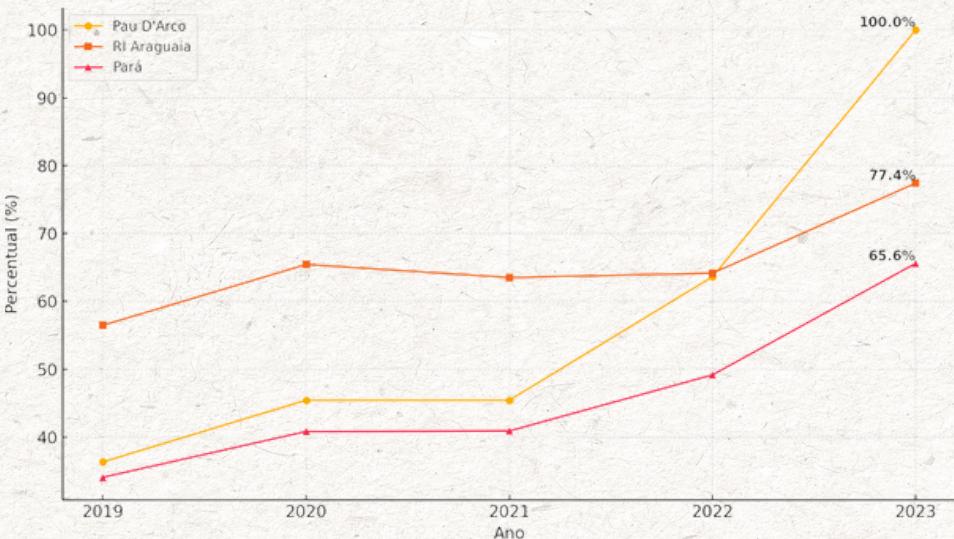
Na Região de Integração do Araguaia, o percentual de escolas conectadas à internet também cresceu de forma consistente, passando de 56,5% em 2019 para 77,4% em 2023. Embora o ritmo tenha sido menos acentuado que em Pau D'Arco, a evolução reflete melhorias estruturais no acesso à tecnologia nas escolas da região, com tendência de convergência aos patamares ideais de cobertura digital (Gráfico 8).

Em nível estadual, o Pará partiu de uma base mais baixa, com apenas 34,3% das escolas conectadas em 2019, e evoluiu gradualmente até

atingir 65,6% em 2023. Apesar dos avanços, o estado ainda apresenta níveis inferiores aos observados tanto em Pau D'Arco quanto na RI do Araguaia. A diferença pode estar relacionada a desafios logísticos em áreas mais remotas ou a limitações orçamentárias, o que reforça a necessidade de políticas públicas continuadas voltadas à inclusão digital na educação básica (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Pau D'Arco, o indicador de violência contra a mulher praticada por parceiros permaneceu zerado durante todo o período analisado, de 2019 a 2023. Embora à primeira vista isso possa parecer um dado positivo, é necessário cautela na interpretação, pois a ausência de registros pode também refletir subnotificação ou ausência de mecanismos eficazes de denúncia e acolhimento. Em contextos de pequenas localidades, fatores culturais e institucionais podem influenciar a visibilidade do fenômeno da violência doméstica (Gráfico 9).



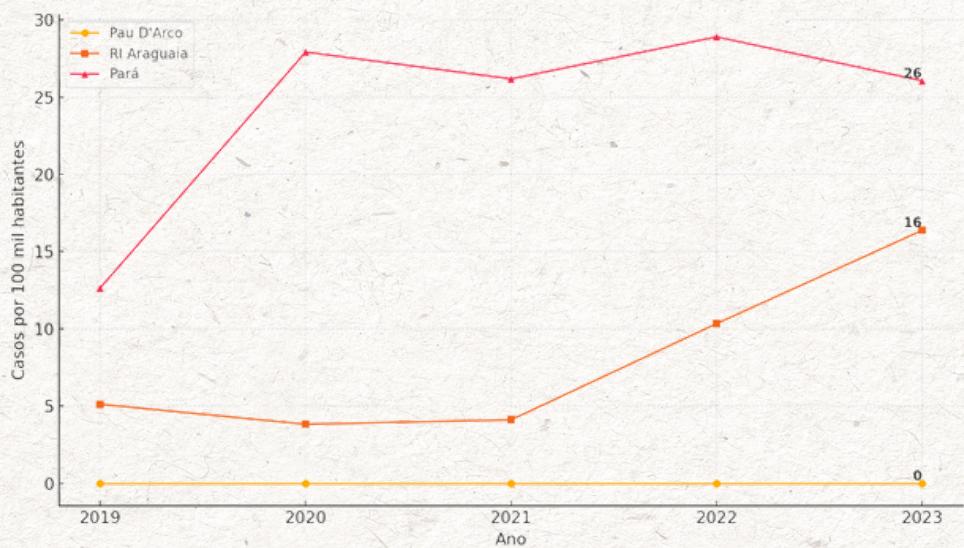
Na Região de Integração do Araguaia, o número de casos por 100 mil habitantes variou de forma significativa ao longo dos anos. O indicador caiu de 5,1 em 2019 para 3,9 em 2020 e 2021, mas passou a crescer de forma acentuada a partir de 2022, chegando a 10,3 e encerrando o período em 16,0 em 2023. Essa elevação pode indicar tanto um aumento real da violência

quanto uma melhoria nos processos de denúncia e registro, destacando a importância de ampliar a rede de apoio e proteção às mulheres na região (Gráfico 9).

No estado do Pará, os dados mostram uma elevação inicial acentuada de 12,8 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28,1 em 2020. Após esse pico, o índice oscilou ligeiramente, mantendo-se em patamares elevados: 26,2 em 2021, 29,1 em 2022 e 26,0 em 2023. Esses números revelam a gravidade e a persistência do problema no estado, o que reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção da violência de gênero, fortalecimento das delegacias especializadas e campanhas de conscientização (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Pau D'Arco apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2021, passando de 27,8% para 47,4%. Esse avanço pode estar relacionado a políticas de valorização da liderança feminina, abertura de oportunidades no setor público ou privado e mudanças culturais no município. Contudo, essa tendência não se sustentou, com o percentual recuando para 40,2% em 2022 e caindo ainda mais em 2023, atingindo 31,2%, o que sugere uma possível perda de espaço das mulheres em postos de comando (Gráfico 10).

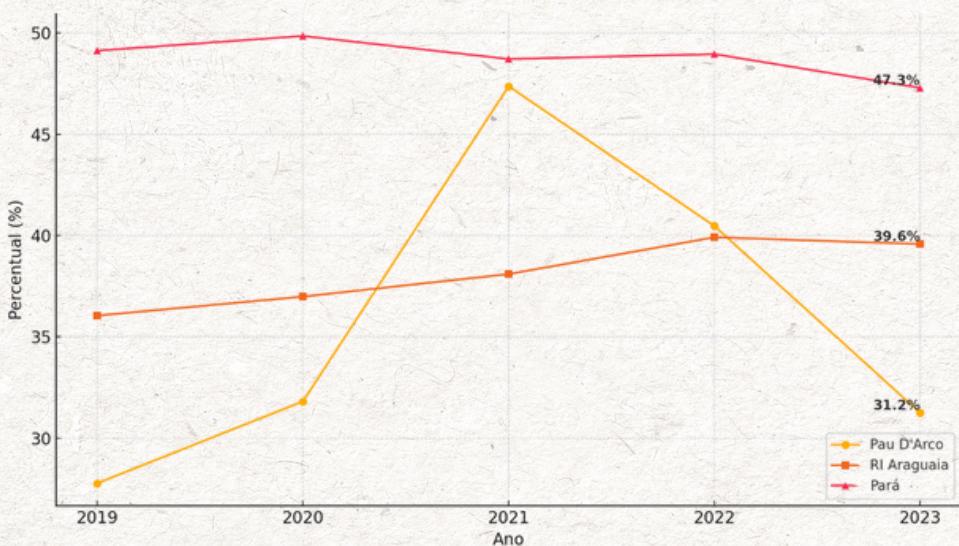


Na Região de Integração do Araguaia, o indicador se manteve em trajetória de crescimento estável ao longo do período. De 36,0% em 2019, subiu gradativamente até alcançar 39,6% em 2023. Esse comportamento revela uma tendência mais consistente de ampliação da presença feminina em cargos gerenciais na região, ainda que em ritmo moderado. A estabilidade dessa evolução pode refletir uma base institucional mais sólida em favor da equidade de gênero (Gráfico 10).

Em todo o estado do Pará, o percentual

manteve-se relativamente alto e estável, variando entre 48,9% em 2019 e 47,3% em 2023. Apesar da leve queda nos últimos anos, os dados indicam que as mulheres paraenses detêm participação significativa em cargos de chefia. A manutenção de patamares próximos à paridade sinaliza avanços importantes na igualdade de oportunidades, embora ainda seja necessário enfrentar barreiras estruturais e culturais que dificultam a consolidação da equidade no mercado de trabalho (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Pau D'Arco, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo durante todo o período analisado. Em 2019, o índice era de apenas 0,6%, avançando de forma muito lenta até alcançar 1,0% em 2023. Apesar do leve crescimento, os dados indicam que a maior parte da população vulnerável do município continua sem acesso a esse serviço essencial, o que representa um grave déficit de infraestrutura sanitária e aponta para a necessidade urgente de políticas de inclusão nesse setor (Gráfico 11).



Na Região de Integração do Araguaia, os valores também permaneceram baixos, variando entre 1,6% e 1,8% ao longo dos anos. Essa estabilidade em um patamar tão reduzido revela a persistência de carências estruturais na coleta de esgoto para famílias de baixa renda em nível regional. Mesmo com pequenas oscilações, a estagnação do indicador demonstra que pouco progresso foi feito para ampliar a cobertura a esse pú-

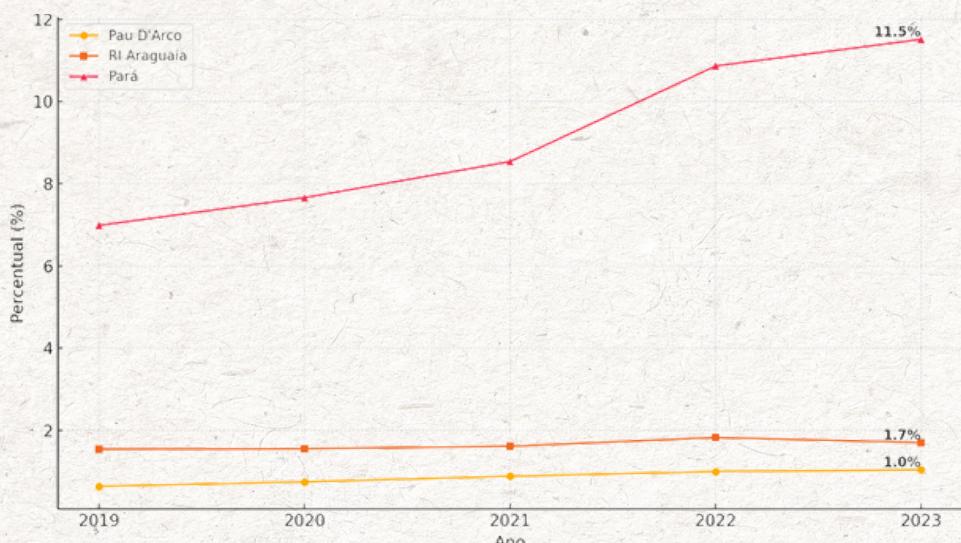
blico prioritário, o que pode comprometer a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 11).

No estado do Pará, observou-se uma trajetória de crescimento mais significativa. O percentual subiu de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, indicando que, embora ainda aquém do ideal, houve esforços consistentes para ampliar o acesso ao saneamento básico entre os mais pobres. Esse avanço pode estar relacio-

nado a programas estaduais ou federais voltados à universalização do saneamento, refletindo uma tendência de inclusão social mais robusta em comparação com os níveis municipal e regional (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Pau D'Arco apresentou inicialmente um padrão elevado de gasto per capita com saneamento básico, subindo de R\$ 108 em 2019 para R\$ 125 em 2021. Essa tendência inicial positiva sugere uma priorização orçamentária do setor naquele momento. No entanto, a partir de 2022, houve uma queda brusca para R\$ 52, culminando em um valor nulo em 2023 (R\$ 0). Essa interrupção total do investimento é preocupante e pode comprometer tanto a manutenção quanto a expansão dos serviços de saneamento local (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento do gasto per capita foi mais estável e com crescimento

gradual. O valor saiu de R\$ 27 em 2019 e chegou a R\$ 50 em 2023, com uma pequena queda em 2021. Essa elevação ao longo dos anos indica um esforço regional contínuo, ainda que em menor escala, para fortalecer a infraestrutura sanitária, especialmente se comparado à queda drástica observada em Pau D'Arco (Gráfico 12).

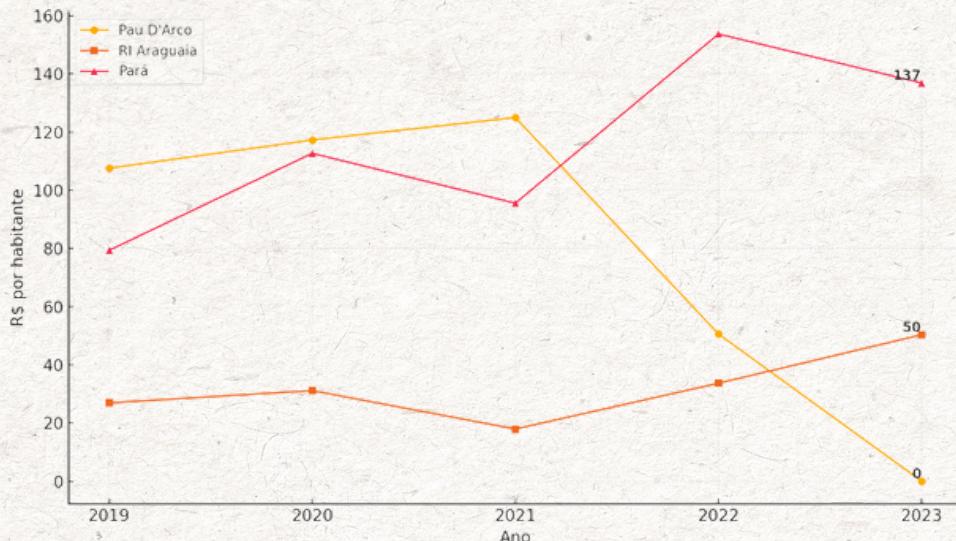
Em nível estadual, o Pará apresentou aumentos mais expressivos, partindo de R\$ 80 em 2019 e alcançando um pico de R\$ 154 em 2022, encerrando 2023 em R\$ 137. Esse crescimento mostra que o estado vem intensificando os investimentos em saneamento, o que pode estar atrelado à estratégia de com-

bate às desigualdades e ao cumprimento do novo marco legal do saneamento. A consistência dos dados estaduais contrasta com a queda municipal, revelando desigualdades na alocação de recursos e na execução de políticas públicas entre diferentes esferas governamentais (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Pau D'Arco, o consumo de energia elétrica per capita apresentou um crescimento entre 2019 e 2021, passando de 854 para 998 kWh/hab., o que pode indicar maior acesso a bens e serviços elétricos ou aumento do consumo residencial. No entanto, houve uma queda em 2022, com o indicador recuando para 910 kWh/hab., antes de uma leve recuperação em 2023, atingindo 936. Essa oscilação pode refletir instabilidades econômicas, mudanças na renda da população ou variações climá-



ticas que impactam o consumo de energia (Gráfico 13).

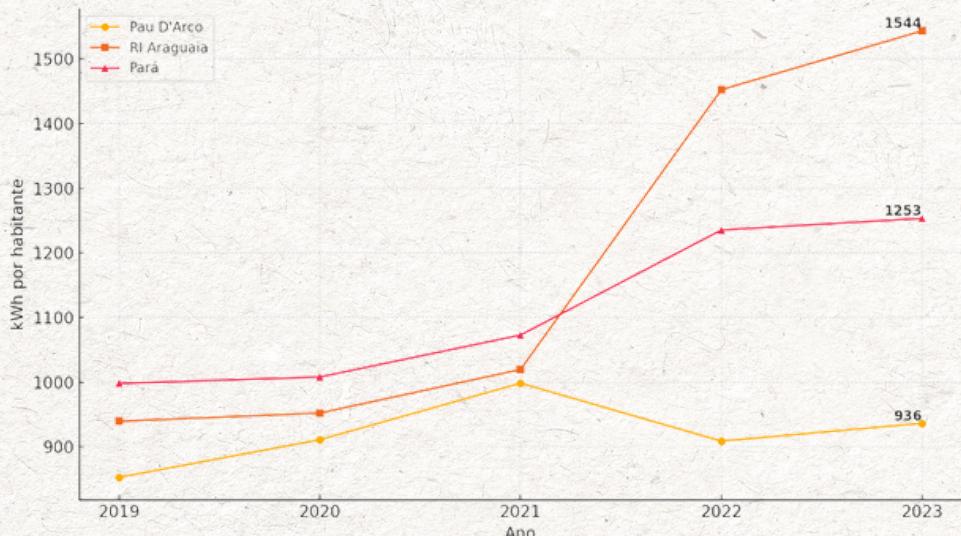
Na Região de Integração do Araguaia, o crescimento foi mais robusto e contínuo. O consumo partiu de 936 kWh/hab. em 2019 e atingiu 1544 em 2023, com destaque para o salto expressivo entre 2021 (1031) e 2022 (1457). Esse aumento pode estar ligado à expansão do acesso à rede elétrica, à urbanização, e ao fortalecimento de atividades econômicas que demandam maior consumo energéti-

co. A tendência revela avanços na infraestrutura e potencial aumento na qualidade de vida e atividade econômica (Gráfico 13).

Em nível estadual, o Pará também apresentou crescimento constante, saindo de 997 kWh/hab. em 2019 para 1253 em 2023. O incremento reflete a ampliação do acesso à eletricidade, especialmente em áreas rurais e comunidades de baixa renda, além da elevação no uso de equipamentos elétricos. O padrão es-

tadual revela uma evolução consistente e alinhada com as metas de universalização do serviço, embora ainda com desafios no equilíbrio entre oferta, sustentabilidade e eficiência energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 936 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Pau D'Arco, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação de fonte fóssil caiu de 7,6% em 2019 para 5,2% em 2023. Essa redução progressiva indica uma melhora no acesso à rede elétrica por parte da população mais vulnerável, ainda que o índice permaneça superior ao da média estadual. A queda gradual reforça a importância das políticas públicas de eletrificação rural e de inclusão energética para a superação da precariedade habitacional (Gráfico 14).

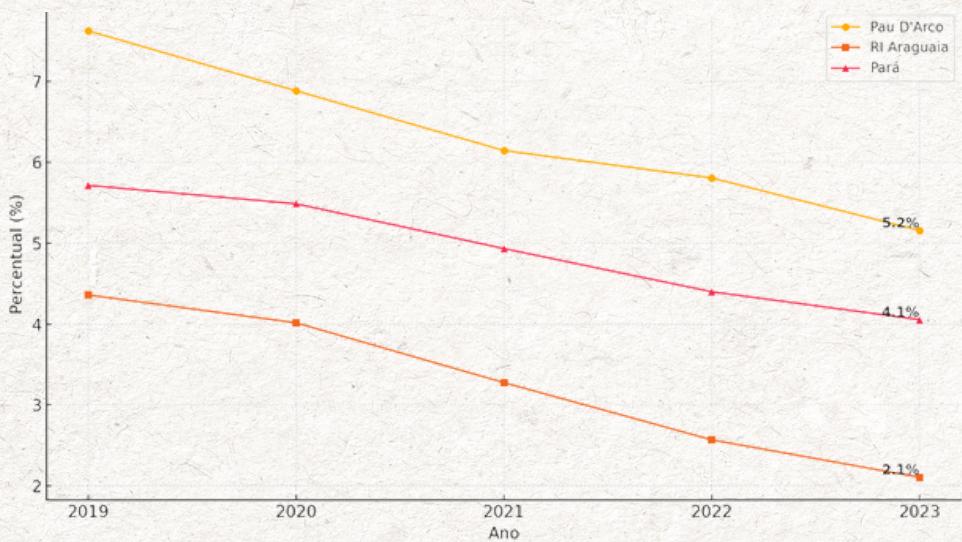


Na Região de Integração do Araguaia, a queda foi ainda mais acentuada, com o percentual reduzido de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. Esse desempenho pode estar atrelado à expansão das redes de distribuição elétrica e programas sociais que viabilizam a conexão de residências populares à rede de energia. O indicador regional mostra progresso mais avançado do que o observado no município de Pau D'Arco, sugerindo melhores resultados de políticas regionais de infraestrutura energética (Gráfico 14).

No estado do Pará, a tendência foi igualmente de queda, passando de 5,7% para 4,1% no mesmo período. Embora a redução seja menos intensa que nas demais escalações, ela ainda demonstra avanço contínuo na substituição de fontes fósseis por energia elétrica, promovendo mais segurança, eficiência e qualidade de vida. A manutenção dessa trajetória será crucial para eliminar definitivamente o uso de formas rudimentares de iluminação e alcançar a universalização energética nos lares de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNCIO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

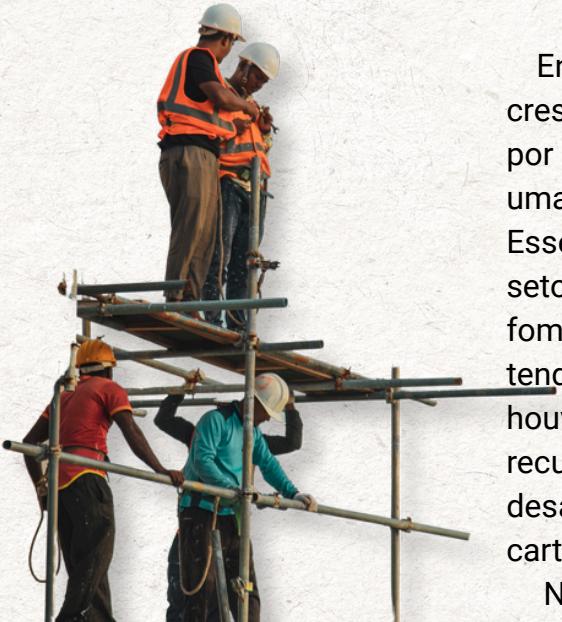


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

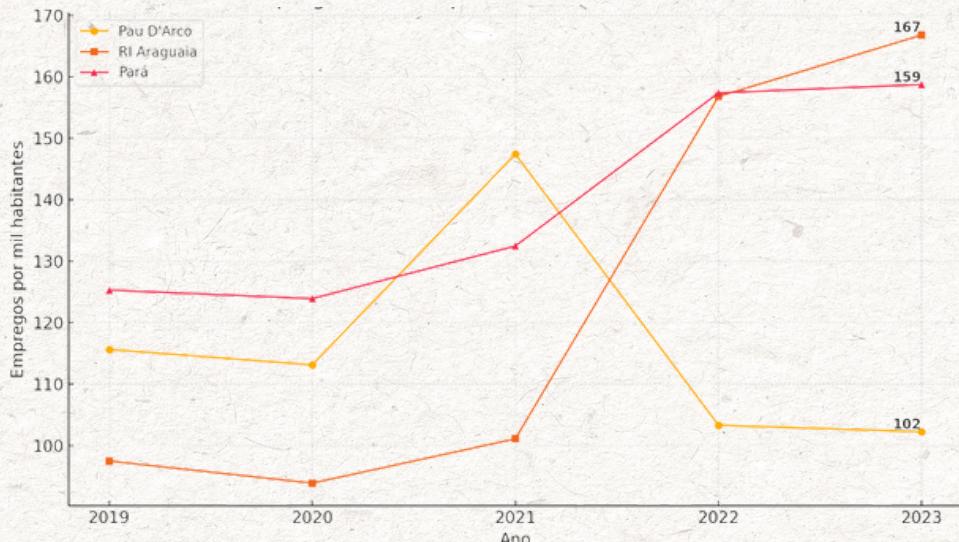
Entre 2019 e 2021, o município de Pau D'Arco apresentou crescimento significativo no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 116 para 147, o que representa uma expansão notável no mercado de trabalho formal local. Esse avanço pode estar relacionado ao fortalecimento de setores como agricultura, serviços públicos ou iniciativas de fomento ao empreendedorismo formal. No entanto, essa tendência não se sustentou nos anos seguintes: em 2022, houve uma queda acentuada para 104, seguida de leve recuo para 102 em 2023, sinalizando um possível desaquecimento econômico local ou retração de vagas com carteira assinada (Gráfico 15).

Na Região de Integração do Araguaia, a trajetória foi oposta. Após registrar um leve recuo entre 2019 (97) e 2020 (93), a região apresentou crescimento contínuo, encerrando 2023 com 167 empregos formais por mil habitantes – o melhor desempenho entre os três níveis territoriais analisados. O crescimento acelerado a partir de 2021 pode estar ligado à atração de investimentos, melhoria na infraestrutura ou programas regionais de desenvolvimento econômico, tornando a região um polo de geração de emprego formal mais dinâmico que o município de Pau D'Arco (Gráfico 15).



No estado do Pará, o indicador mostrou crescimento moderado, porém constante, partindo de 125 em 2019 para 159 em 2023. A consistência no crescimento estadual pode ser atribuída à retomada da economia pós-pandemia, à expansão de grandes projetos nos setores industrial, minador e logístico, além de políticas estaduais voltadas à formalização do trabalho. A tendência estadual e regional de alta contrasta com a queda em Pau D'Arco nos dois últimos anos, o que evidencia disparidades territoriais no acesso ao emprego formal e aponta para a necessidade de políticas municipais específicas para reverter o declínio local (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 102 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2021, o PIB per capita de Pau D'Arco apresentou crescimento contínuo, partindo de R\$ 15.827 em 2018 e atingindo R\$ 21.515 em 2021. Esse avanço sugere um período de expansão econômica no município, possivelmente impulsionado por aumento na produtividade, investimentos públicos ou privados ou valorização de setores específicos da economia local. No entanto, em 2022 houve uma retração expressiva, com o indicador caindo para R\$ 17.286, o que pode sinalizar estagnação eco-

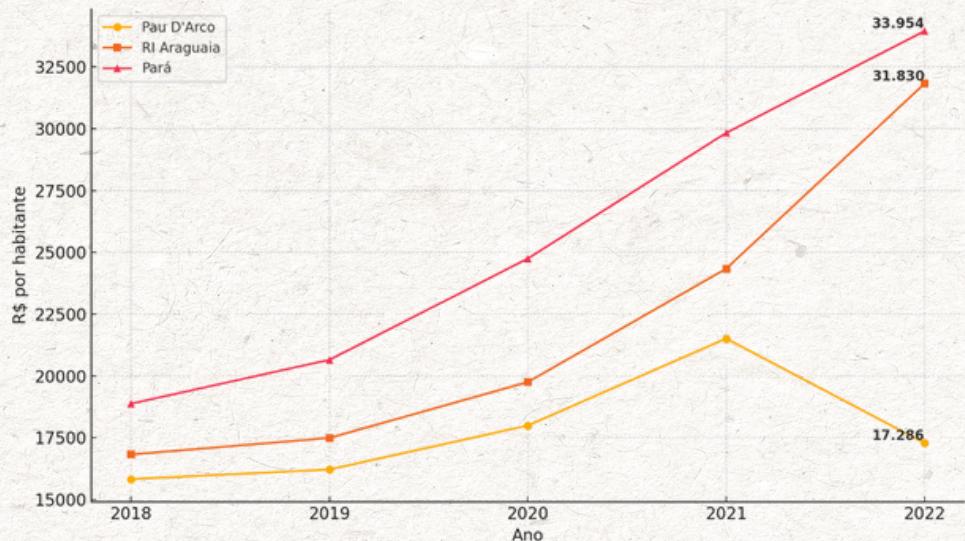
nômica, perda de dinamismo setorial ou efeitos locais adversos, como queda na arrecadação ou recuo da atividade produtiva (Gráfico 16).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi

de crescimento estável e vigoroso ao longo de todo o período. O PIB per capita saltou de R\$ 16.814 em 2018 para R\$ 31.830 em 2022, mais que dobrando em cinco anos. Esse resultado indica um contexto regional de forte dinamismo econômico, provavelmente relacionado à agropecuária intensiva, indústria extrativa ou logística, com reflexos positivos sobre a renda média da população. A estabilidade do crescimento sugere uma base econômica sólida e em expansão (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.286/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Pau D'Arco, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB registrou uma trajetória descendente. O indicador, que já era modesto em 2018 (4,6%), caiu progressivamente até alcançar apenas 2,8% em 2022. Essa redução demonstra uma perda relativa de importância do setor industrial na economia municipal, possivelmente em função da predominância de atividades primárias (como a agropecuária) ou serviços, além da possível ausência de políticas de fomento à industrialização local (Gráfico 17).

A Região de Integração do A-

raguaia, por outro lado, apresentou crescimento constante da participação da indústria no PIB regional. O percentual subiu de 14,0% em 2018 para 18,6% em 2022, evidenciando um processo de fortalecimento do setor industrial, que pode estar ligado à instalação de agroindústrias, expansão da indústria madeireira ou mineral, ou ainda à melhora na infraestrutura logística e energética. Esse crescimento indica maior diversificação econômica regional e aumento do valor agregado às atividades produtivas (Gráfico 17).

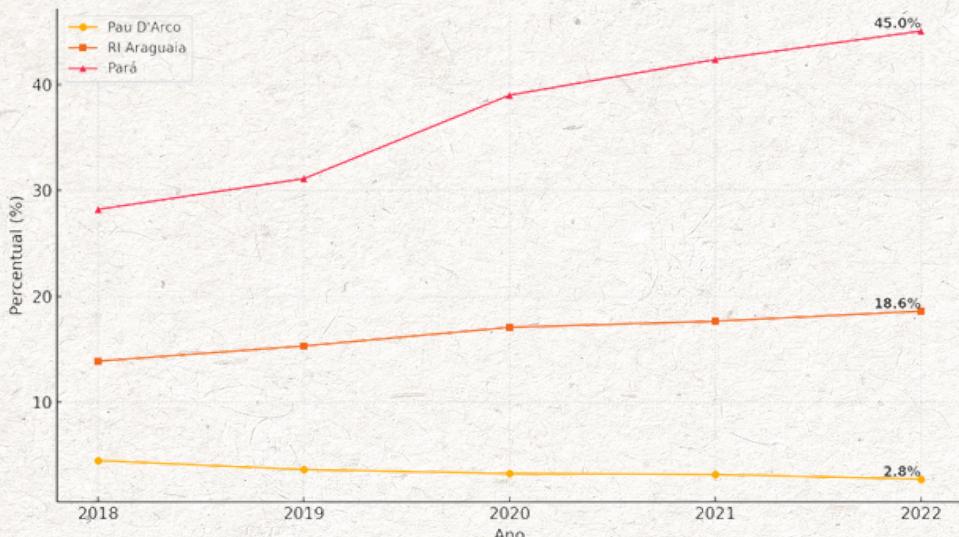
No estado do Pará, a partici-

pação da indústria no PIB cresceu de forma ainda mais expressiva, passando de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse dado reflete a centralidade da mineração e da indústria de transformação na economia estadual, impulsionada por grandes projetos extractivos, siderúrgicos e logísticos. O aumento contínuo revela um perfil industrial fortemente dependente de commodities e exportações, o que pode gerar riscos em caso de oscilações nos mercados internacionais, mas também representa elevado potencial de arrecadação e geração de emprego qualificado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Pau D'Arco apresentou uma oscilação positiva no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 21,2 em 2019 para um pico de 25,3 em 2021. Esse crescimento pode estar associado a contratações na área de pesquisa aplicada, educação ou extensão técnica, refletindo um esforço pontual de valorização ou captação



desses profissionais. No entanto, a partir de 2022, houve queda expressiva para 16,7, com leve recuperação em 2023, quando o índice subiu para 17,3. Essa retração pode indicar rotatividade, falta de incentivos ou limitação orçamentária na manutenção de quadros técnicos especializados (Gráfico 18).

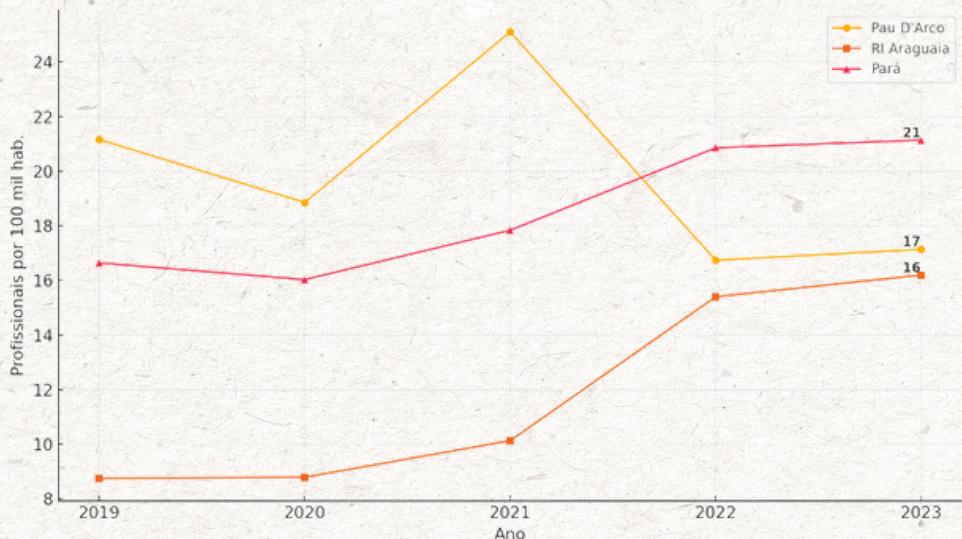


Na Região de Integração do Araguaia, o indicador apresentou uma trajetória de crescimento consistente. Partindo de 8,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e mantendo-se estável até 2020, a região passou por elevação constante, alcançando 15,3 em 2022 e 16,1 em 2023. Esse avanço revela um fortalecimento da presença científica e técnica na região, possivelmente associado à interiorização de instituições de ensino superior, ampliação de políticas de pesquisa e inovação ou à expansão de atividades agroindustriais e ambientais que demandam suporte técnico especializado (Gráfico 18).



Já no estado do Pará, o indicador variou entre 16,6 e 21,1 ao longo do período, com crescimento mais acentuado a partir de 2021. A elevação de 17,8 para 20,9 entre 2021 e 2022 demonstra que houve um movimento estadual de valorização de profissionais ligados à ciência, tecnologia e inovação, o que pode refletir investimentos em universidades, institutos de pesquisa ou projetos de desenvolvimento sustentável. Em 2023, o estado manteve a tendência de alta, atingindo 21,2 profissionais por 100 mil habitantes, consolidando uma base técnico-científica mais sólida em relação à média nacional (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao ODS 10: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

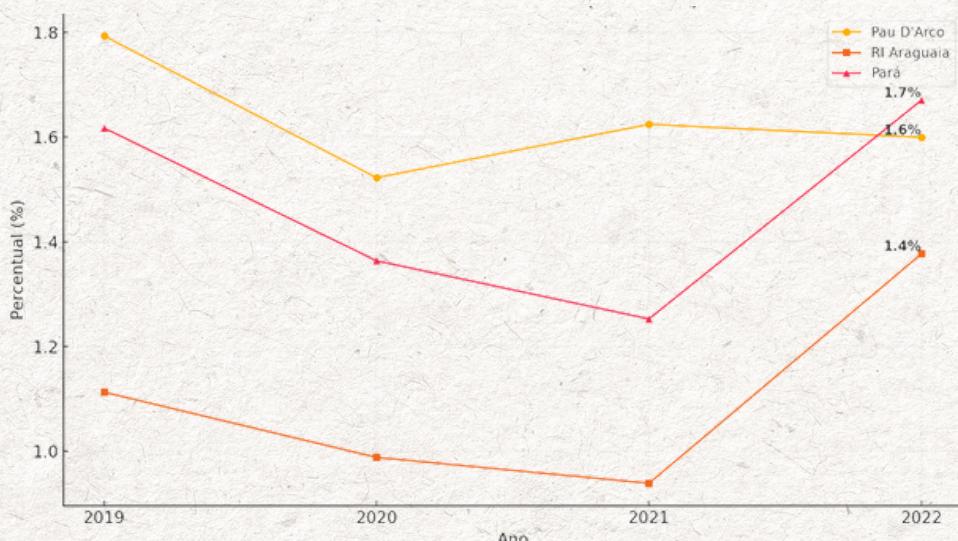
Entre 2019 e 2022, o município de Pau D'Arco apresentou uma leve oscilação na massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. Em 2019, o indicador estava em 1,8%, caindo para 1,52% em 2020, possivelmente devido aos impactos econômicos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal. A partir de 2021, observou-se uma recuperação parcial (1,63%), com pequena retração em 2022 (1,60%). Apesar das flutuações, o indicador permaneceu em patamar superior ao da média estadual e regional na maior parte do período, sugerindo uma economia local relativamente dependente da renda do trabalho formal em relação ao seu produto (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Araguaia, a massa salarial formal como proporção do PIB foi inferior ao observado em Pau D'Arco e no estado. O indicador iniciou em 1,12% em 2019 e sofreu retração contínua até 2021 (0,93%). Em 2022, no entanto, houve uma recuperação expressiva, atingindo 1,4%. Essa melhora pode refletir um aumento nos vínculos formais, elevação dos salários médios ou desaceleração no crescimento do PIB regional, que elevou a participação relativa da massa salarial. O comportamento regional evidencia uma economia com estrutura produtiva ainda pouco intensiva em empregos formais (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador

variou de 1,62% em 2019 para 1,25% em 2021, com recuperação significativa em 2022, alcançando 1,70% – o maior valor entre os três recortes geográficos ao final do período. A recuperação estadual pode estar associada à retomada econômica pós-pandemia, com reabertura de setores de serviços, comércio e atividades industriais. O crescimento da participação da massa salarial no PIB sugere maior dinamismo do emprego formal e melhoria da distribuição de renda no estado, ainda que o patamar geral continue relativamente baixo, considerando o potencial produtivo do Pará (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Pau D'Arco apresentou um crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel entre 2020 e 2021, saltando de 56,7 para 82,4 linhas por 100 habitantes, o que indica um forte avanço na conectividade local. No entanto, esse pico não se sustentou, com o indicador recuando para 66,1 em 2022, antes de uma leve recuperação para 71,0 em 2023. Essa oscilação pode estar associada a fatores como migração de operadoras, instabilidade de cobertura ou mudanças no comportamento de consumo da população, mas ainda evidencia um ganho em relação à base inicial do período (Gráfico 20).

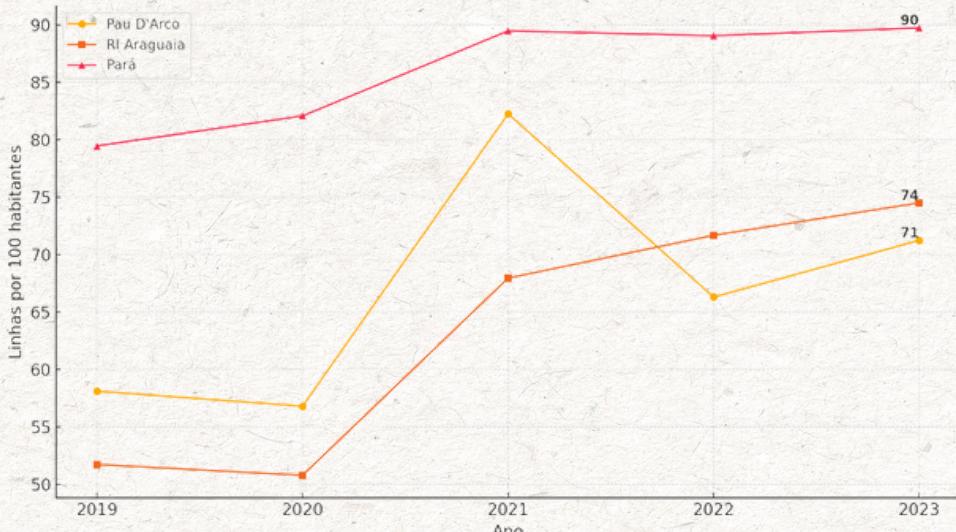
Na Região de Integração do Araguaia, a tendência foi de crescimento contínuo e consistente. O acesso passou de 51,6 linhas por 100 habitantes em 2020 para 74,3 em 2023, sem quedas ao longo do período. Esse avanço progressivo sugere melhorias na infraestrutura de telecomunicações regional e maior inserção da população nas redes móveis, o que pode estar associado à ampliação de serviços bancários digitais, comércio eletrônico e ensino remoto, especialmente após os impactos da pandemia (Gráfico 20).





Em nível estadual, o Pará partiu de um patamar mais elevado e manteve trajetória ascendente, passando de 79,5 em 2019 para 90,1 linhas por 100 habitantes em 2023. A estabilidade em níveis elevados revela uma ampla cobertura dos serviços móveis no estado e um ambiente favorável à comunicação digital. Esse cenário contribui diretamente para a inclusão tecnológica da população e para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em conectividade, especialmente em regiões mais urbanizadas e economicamente dinâmicas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Pau D'Arco, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental manteve relativa estabilidade até 2021, oscilando entre R\$ 52 e R\$ 58 por habitante. A partir de 2022, contudo, houve uma queda acentuada para R\$ 46, seguida por nova redução em 2023, com o indicador atingindo R\$ 41. Esse declínio pode refletir uma menor prioridade orçamentária para essas áreas ou restrições fiscais, o que pode impactar negativamente tanto as políticas ambientais quanto a oferta de atividades culturais locais (Gráfico 21).

Na Região de Integração do

Araguaia, observou-se um crescimento expressivo e contínuo nesse indicador. De R\$ 56 em 2019, a despesa per capita subiu para R\$ 140 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse avanço revela uma priorização crescente dessas áreas por parte dos municípios da região, o que pode estar ligado a incentivos para preservação ambiental, fortalecimento do turismo sustentável ou valorização da produção cultural regional (Gráfico 21).

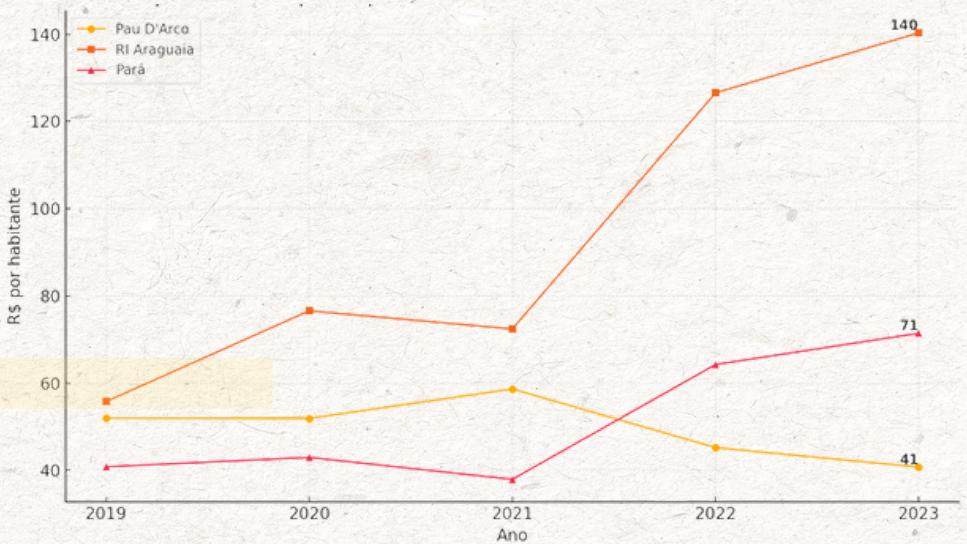
No estado do Pará, a evolução também foi positiva, embora mais moderada. A despe-

sa pública per capita subiu de R\$ 40,5 em 2019 para R\$ 71,2 em 2023, com crescimento mais acentuado a partir de 2021. O aumento do investimento nessas áreas pode estar vinculado a políticas estaduais de incentivo à cultura e à necessidade de fortalecimento da governança ambiental, especialmente em um contexto de maior pressão internacional e nacional por sustentabilidade na Amazônia. Isso indica uma resposta institucional às demandas ambientais e culturais emergentes (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 41/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

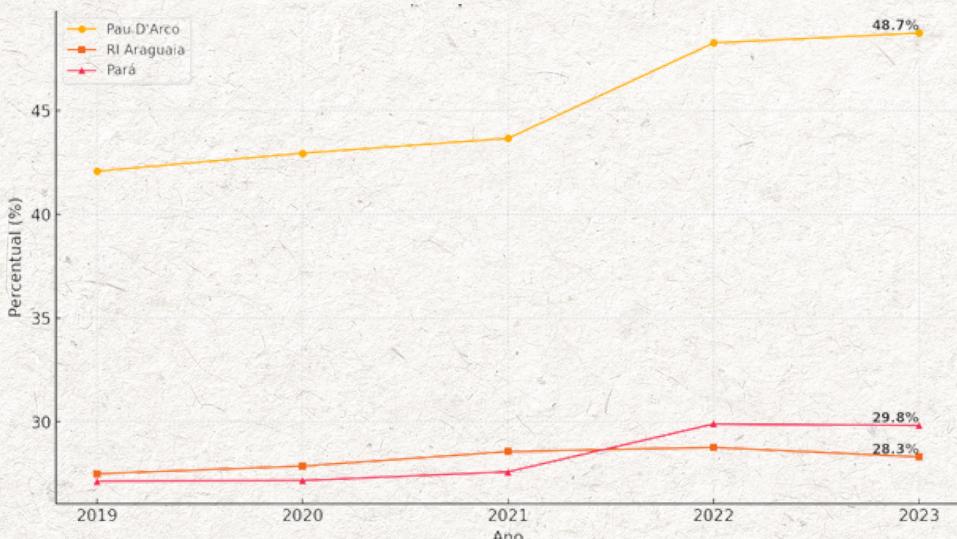
No município de Pau D'Arco, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo aumentou de forma consistente ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 42,1%, subindo para 48,7% em 2023. Esse crescimento reflete a persistente ausência de serviços adequados de coleta de resíduos sólidos em áreas vulneráveis, indicando um agravamento na exclusão ambiental da população mais pobre. A prática de destinação inadequada de lixo traz sérios riscos à saúde pública e ao meio ambiente, além de evidenciar falhas na cobertura e

na eficiência dos serviços de limpeza urbana (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Araguaia, os valores mantiveram relativa estabilidade com crescimento suave, variando de 27,3% em 2019 para 28,3% em 2023. Embora em patamar inferior ao observado em Pau D'Arco, o dado regional ainda aponta para uma parcela expressiva da população vivendo em condições precárias de saneamento. A leve oscilação sugere ausência de políticas estruturantes capazes de reverter o quadro, apesar de não indicar um agravamento acelerado (Gráfico 22).

O estado do Pará apresentou evolução semelhante à da região, com crescimento gradual de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. A ampliação desse indicador em nível estadual destaca a persistência de desigualdades no acesso ao serviço de coleta de lixo, sobretudo em áreas rurais e periferias urbanas. A ausência de políticas efetivas de universalização da coleta seletiva e de educação ambiental contribui para a manutenção de práticas inadequadas de descarte, afetando diretamente a qualidade de vida da população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



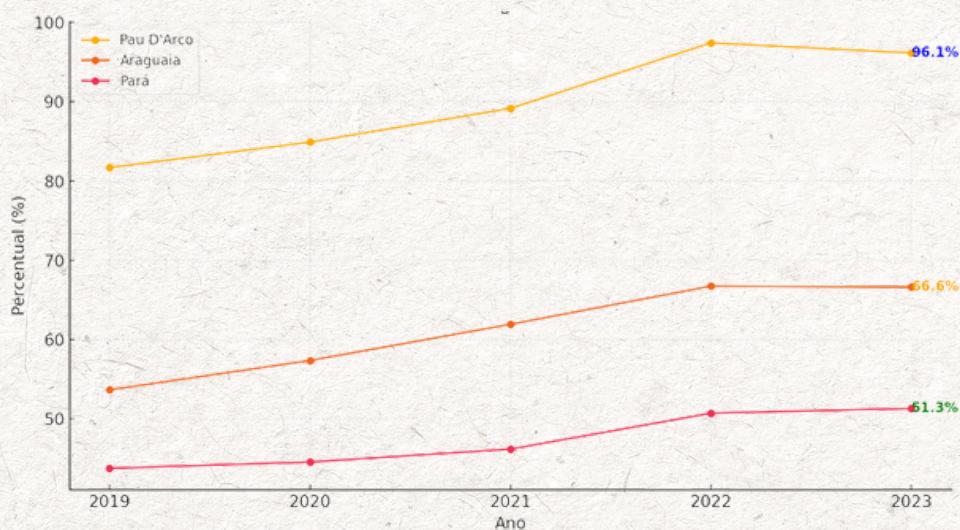
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Pau D'Arco, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar apresentou aumento constante entre 2019 e 2022, passando de 81,9% para 96,1%. Em 2023, o valor manteve-se nesse patamar elevado. Esse dado indica que quase toda a população de baixa renda do município depende de soluções precárias de saneamento, o que implica riscos à saúde, contaminação do solo e dos lençóis freáticos, além de refletir a falta de investimentos em sistemas públicos de esgotamento sanitário (Gráfico 23).

A Região de Integração do Araguaia seguiu a mesma tendência de alta, com o indicador evoluindo de 53,9% em 2019 para 66,6% em 2023. Ainda que os níveis sejam mais baixos do que os de Pau D'Arco, o crescimento constante revela uma carência estrutural nos serviços de saneamento básico em toda a região. A expansão do uso de fossas rudimentares, longe de ser uma solução, reflete a persistência de um modelo de exclusão social e territorial quanto ao acesso à infraestrutura sanitária adequada (Gráfico 23).

No estado do Pará, o cenário também é preocupante, embora os valores sejam menores. O percentual passou de 43,1% em 2019 para 51,3% em 2023. Essa alta revela que mais da metade da população de baixa renda no estado ainda depende de fossas rudimentares, o que compromete o cumprimento das metas de universalização do saneamento previstas no novo marco legal. A situação exige respostas urgentes do poder público, com foco em investimentos em redes coletoras e programas de substituição de soluções sanitárias inadequadas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Pau D'Arco, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram trajetória de queda ao longo do período analisado. O valor partiu de R\$ 113 por habitante em 2019 e se manteve estável em 2020, mas caiu significativamente para R\$ 70 em 2021, R\$ 50 em 2022 e atingiu apenas R\$ 40 em 2023. Essa redução progressiva pode indicar um desinvestimento na área de defesa civil e planejamento preventivo, o que é preocupante, sobretudo diante do aumento de

eventos extremos associados às mudanças climáticas (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Araguaia, o indicador teve comportamento oposto, apresentando crescimento expressivo. Os gastos saíram de R\$ 222 por habitante em 2019 para R\$ 426 em 2023, com picos e recuos intermediários. Esse aumento significativo demonstra uma priorização da agenda de prevenção de desastres em âmbito regional, possivelmente refletindo ações integradas en-



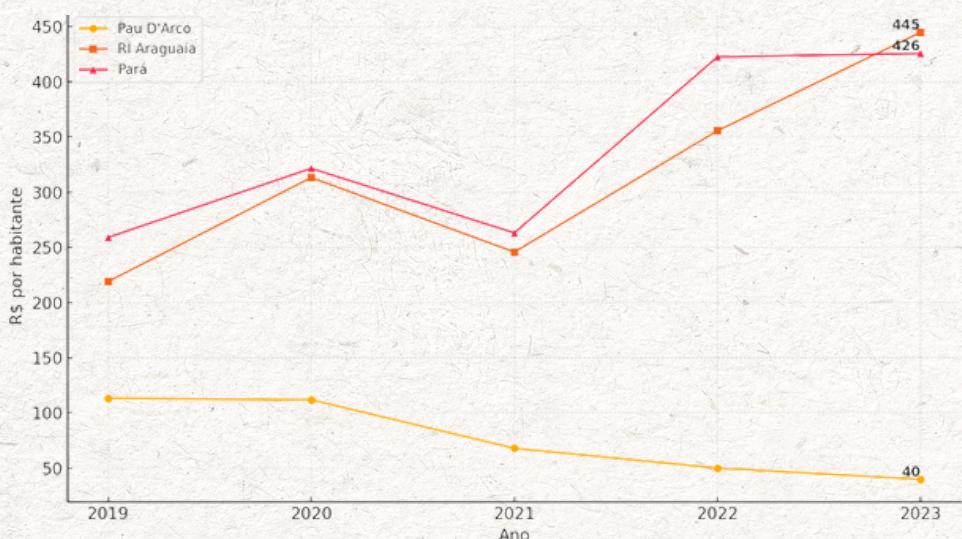
tre os municípios da RI e aportes estaduais ou federais voltados à mitigação de riscos naturais e à adaptação climática (Gráfico 24).

No estado do Pará, a evolução foi semelhante à da região. Os gastos aumentaram de R\$ 259 em 2019 para R\$ 445 em 2023, com destaque

para a aceleração do investimento a partir de 2021. Esse crescimento pode refletir a ampliação de políticas públicas de resiliência ambiental e urbana, principalmente em áreas com histórico de enchentes, deslizamentos e outros desastres naturais. O comportamento do estado e

da RI contrasta fortemente com a redução dos investimentos em Pau D'Arco, evidenciando disparidades na capacidade de resposta a riscos ambientais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 40/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

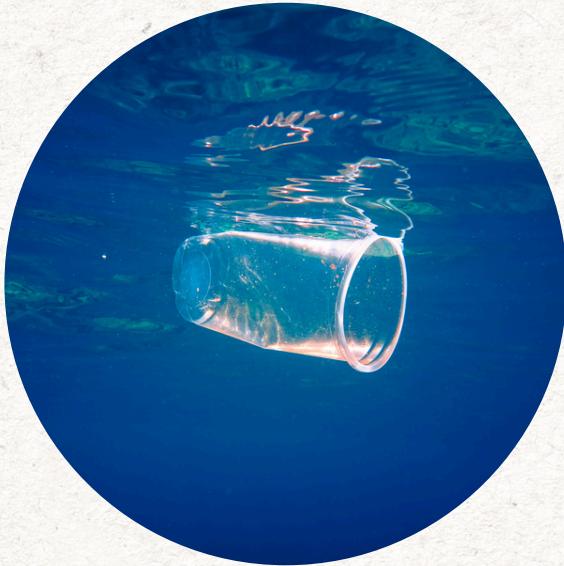
O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Pau D'Arco manteve um padrão muito baixo de despesa com preservação aquática durante todo o período analisado. O valor era de R\$ 16 em 2019 e 2020, mas caiu para R\$ 0 a partir de 2021, permanecendo assim até 2023. Isso indica total ausência de investimento direto nesse campo nos últimos três anos, o que é particularmente crítico em um contexto amazônico, onde a proteção dos recursos hídricos deveria ser uma prioridade ambiental e estratégica (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Araguaia, a despesa per capita variou bastante. Após um salto



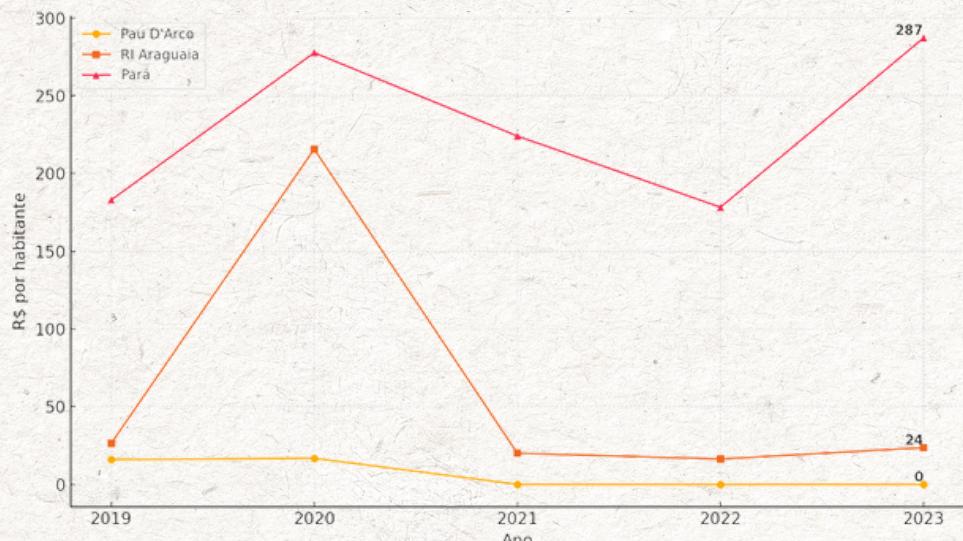
de R\$ 25 em 2019 para R\$ 217 em 2020, houve queda abrupta nos anos seguintes, com valores entre R\$ 18 e R\$ 24 até 2023. Apesar da redução, a RI ainda manteve algum nível de investimento, sinalizando maior preocupação com a preservação de rios, lagos e áreas úmidas do que o município de Pau D'Arco, embora a queda de alocação orçamentária indique instabilidade no financiamento dessa política (Gráfico 25).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou valores elevados e relativamente estáveis. A despesa saltou de R\$ 183 em 2019 para R\$ 275 em 2020 e chegou a R\$ 287 em 2023, mesmo com pequenas oscilações no período. Essa constância demonstra um compromisso mais sólido com a proteção dos ecossistemas aquáticos, o que é coerente com a importância dos rios amazônicos para o abasteci-



mento, biodiversidade, transporte e identidade cultural do estado. A diferença em relação a Pau D'Arco destaca um desequilíbrio importante na implementação de políticas ambientais locais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Pau D'Arco, o percentual da área coberta por floresta manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2023, variando apenas de 18,9% para 18,4%. Esse comportamento revela uma tendência de estagnação na cobertura florestal, sem indicativos de recuperação ou reflorestamento. Embora a estabilidade possa parecer positiva à primeira vista, ela também denuncia a ausência de políticas locais efetivas para a recomposição florestal, especialmente considerando o elevado índice de desmatamento histórico na região (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Araguaia, o percentual de área florestada manteve-se em tor-

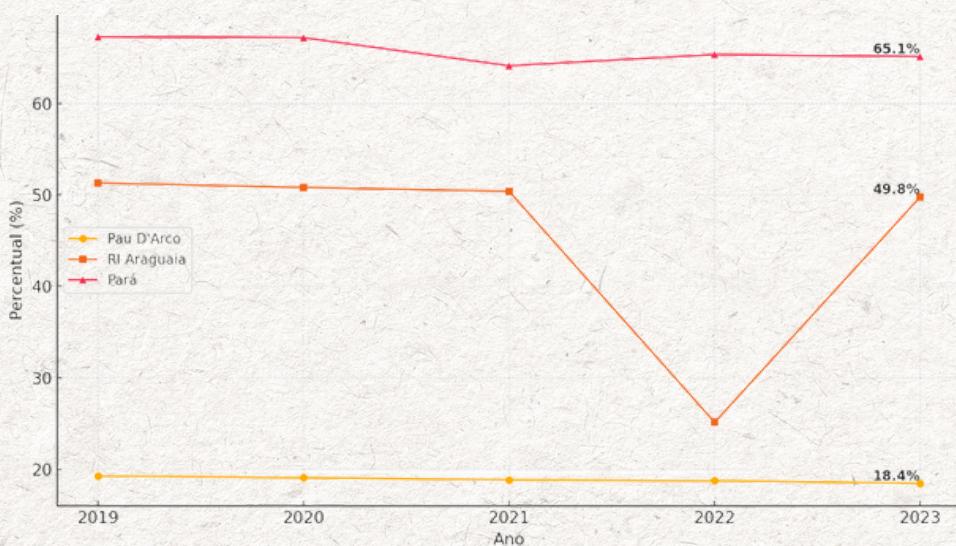
no de 51% até 2021, mas apresentou uma queda expressiva em 2022, atingindo 25,3%, com posterior recuperação para 49,8% em 2023. Essa oscilação acentuada sugere inconsistências nos dados ou eventos pontuais de degradação ambiental, como queimadas ou desmatamentos massivos seguidos de reclassificação territorial. A variação acentua-

da evidencia vulnerabilidades na gestão e monitoramento dos recursos naturais na região (Gráfico 26).

Em nível estadual, o Pará manteve um patamar elevado e relativamente estável de cobertura florestal, variando de 66,6% em 2019 para 65,1% em 2023. Apesar da leve queda, o estado continua preservando uma parcela majoritária de sua vegetação nativa, o que é coerente com sua posição estratégica na Amazônia. A estabilidade observada no indicador estadual reflete o impacto das ações de fiscalização e programas de conservação implementados nas últimas décadas, ainda que o desmatamento ilegal continue sendo um desafio persistente (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Pau D'Arco, o percentual de área desmatada em relação à área total foi bastante elevado ao longo de todo o período, partindo de 56,3% em 2019 e chegando a 56,8% em 2023. O indicador manteve-se praticamente inalterado, evidenciando que a degradação florestal no município já atingiu um patamar crítico e consolidado. A estagnação sugere que, apesar de não haver aceleração do desmatamento, tampouco há ações efetivas de recuperação da cobertura vegetal (Gráfico 27).

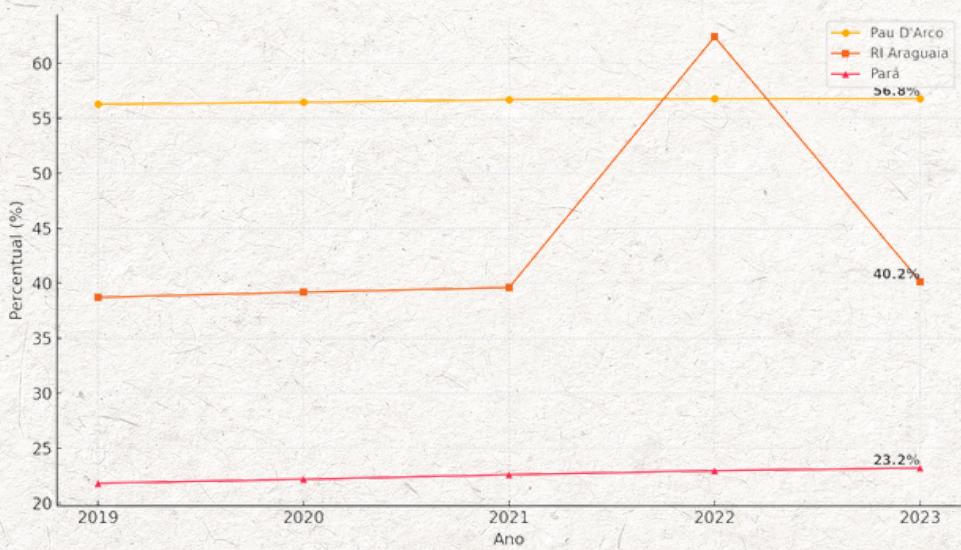
Na Região de Integração do Araguaia, o indicador apresen-

tou uma oscilação significativa. De 38,7% em 2019, subiu levemente até 2021 e disparou para 62,3% em 2022, antes de recuar para 40,2% em 2023. Essa elevação abrupta seguida de queda pode indicar variações metodológicas, atualizações cadastrais ou ações específicas de desmatamento em larga escala, como frentes de expansão agropecuária. Ainda assim, os dados apontam que a região apresenta pressões contínuas sobre suas áreas naturais (Gráfico 27).

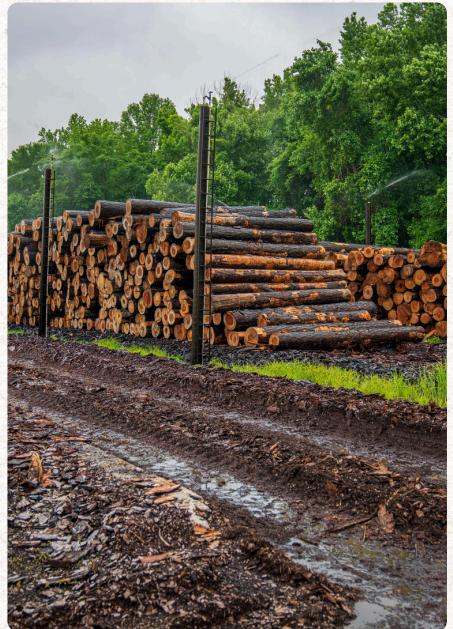
No estado do Pará, o percentual de área desmatada cresceu moderadamente, de

21,4% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora o ritmo de aumento seja menor que nas escalas municipal e regional, o dado é preocupante por se tratar de uma unidade federativa com vastas áreas de floresta nativa. A tendência de alta, ainda que suave, reforça a necessidade de intensificar ações de fiscalização, valorização da floresta em pé e desenvolvimento sustentável para conter o avanço da degradação ambiental no bioma amazônico (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

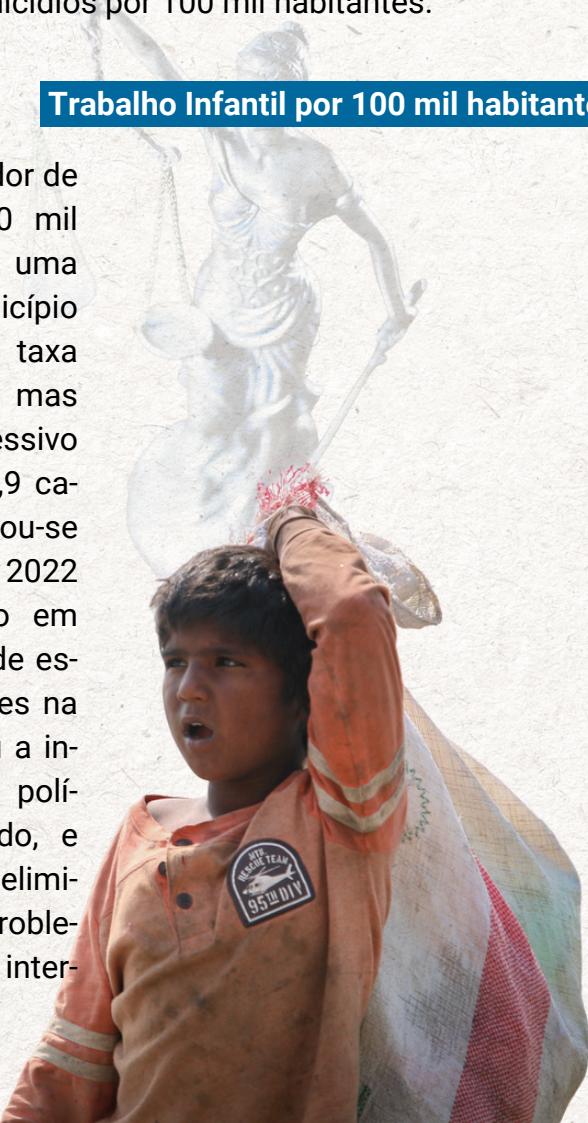
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Pau D'Arco, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou uma trajetória atípica. O município iniciou o período com taxa zerada em 2019 e 2020, mas registrou aumento expressivo em 2021, alcançando 18,9 casos. Após isso, observou-se uma queda para 15,2 em 2022 e retorno ao valor zero em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada a variações na notificação dos casos ou a intervenções pontuais de políticas públicas no período, e não necessariamente à eliminação sustentável do problema, exigindo cautela na interpretação (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

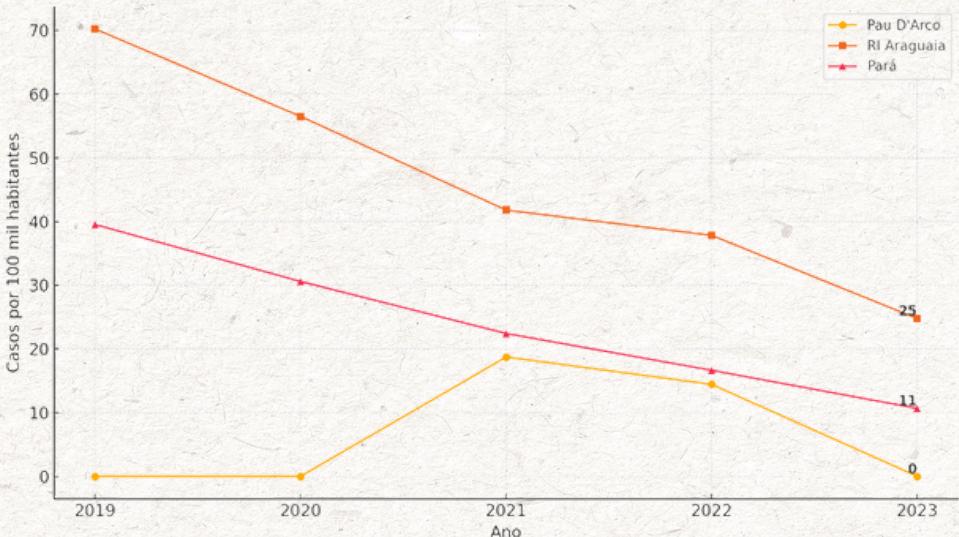


Na Região de Integração do Araguaia, a taxa caiu de forma contínua, de 70,6 em 2019 para 25,2 em 2023. A redução acentuada indica avanços importantes no combate ao trabalho infantil, provavelmente fruto de esforços regionais em políticas de proteção à infância, ampliação da escolarização e integração com programas sociais. Apesar do progresso, o índice ainda permanece elevado em relação ao ideal, mostrando que a prática persiste entre parte significativa da população vulnerável (Gráfico 28).



No estado do Pará, o comportamento também foi de queda contínua, com a taxa passando de 39,7 em 2019 para 11,0 em 2023. A tendência estadual é coerente com o fortalecimento da legislação de proteção infantil e com iniciativas intergovernamentais voltadas à erradicação do trabalho infantil no território paraense. O ritmo de redução, embora positivo, revela que ainda há desafios na cobertura integral da rede de proteção, sobretudo em áreas rurais e nas periferias urbanas, onde o trabalho infantil pode estar mais invisível (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Pau D'Arco, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou variações significativas ao longo do período. Em 2019 e 2020, manteve-se estável em torno de 18 homicídios por 100 mil, mas saltou para 37,5 em 2021, indicando um agravamento súbito da violência letal. Nos anos seguintes, houve queda expressiva, chegando a 29,0 em 2022 e recuando ainda mais para 14,0 em 2023. Essa oscilação pode refletir tanto mudanças na dinâmica local de segurança quanto variações nos registros ou em políticas públicas pontuais de enfrent-

tamento da criminalidade (Gráfico 29).

Na Região de Integração do Araguaia, a taxa cresceu continuamente entre 2019 e 2021, passando de 39,3 para 53,9 homicídios por 100 mil habitantes. Essa escalada pode estar associada a conflitos fundiários, expansão do crime organizado e fragilidade das instituições de segurança pública regional. A partir de 2022, observa-se uma redução para 42,0 em 2023, indicando um possível início de reversão da tendência. Ainda assim, o patamar elevado evidencia a urgência de ações integradas de

prevenção e repressão à violência na região (Gráfico 29).

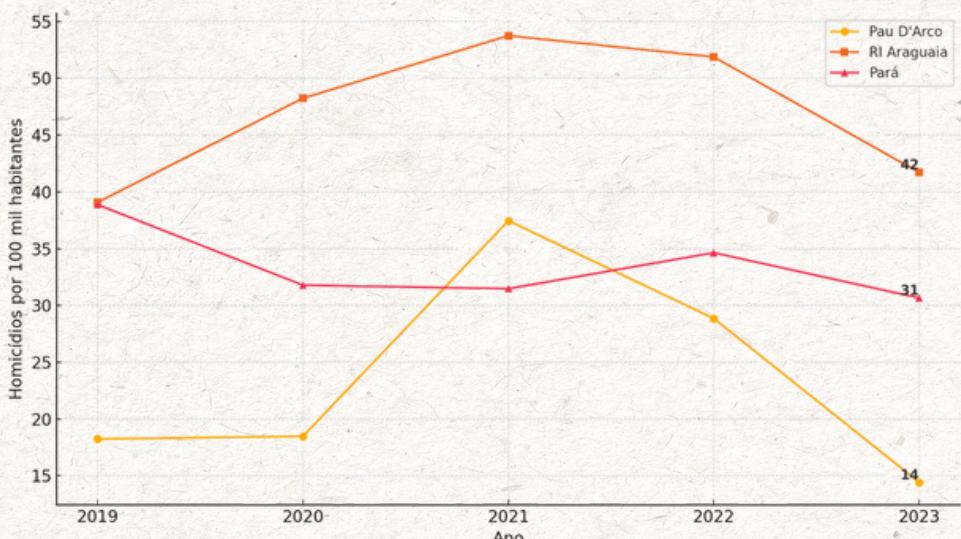
Em nível estadual, o Pará também apresentou variações, com uma taxa de 38,8 em 2019 que caiu para 31,1 em 2023. O recuo gradual é um sinal positivo, ainda que o estado permaneça com índices elevados de homicídios. A estabilidade relativa observada entre 2020 e 2022, seguida da leve queda em 2023, sugere que, apesar dos esforços de segurança pública, a violência letal ainda é um desafio persistente. Isso reforça a necessidade de políticas de longo prazo que combinem re-



pressão qualificada ao crime com inclusão social e desenvolvimento econômico nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Pau D'Arco apresentou um padrão de gasto público municipal como percentual do PIB significativamente mais elevado do que os demais níveis territoriais analisados. O índice começou em 39% em 2018 e sofreu uma leve redução até 2020, atingindo 35%, o menor valor do período. A partir de então, houve uma recuperação gradual, encerrando 2022 em 37,3%. Esses números indicam forte dependência da economia local em relação ao setor público, sugerindo que boa parte do valor agregado no município é impulsionado por despesas governamentais – o que é comum em localidades com baixa atividade produtiva privada (Gráfico 30).

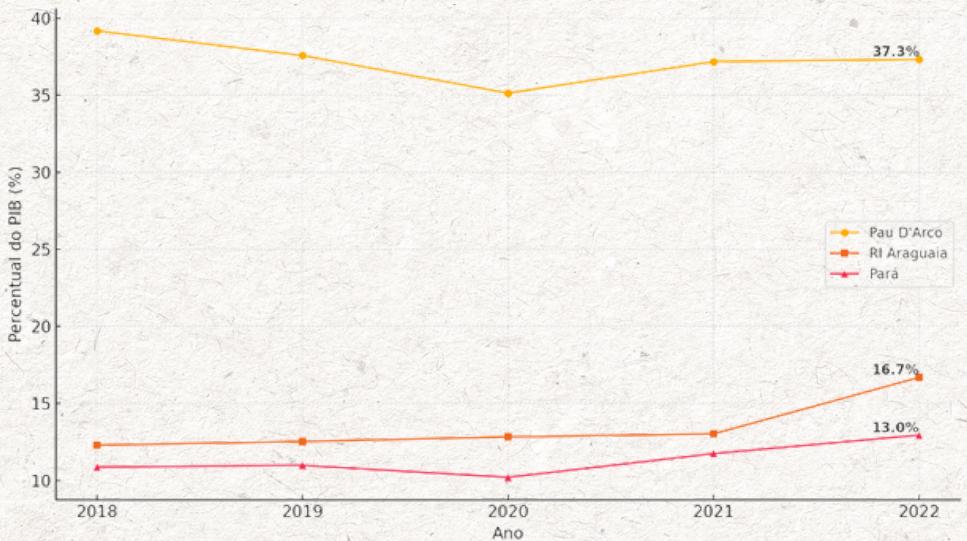
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento do indicador foi de crescimento constante. A proporção de gastos municipais em relação ao PIB subiu de 12,3% em 2018 para 16,7% em 2022. Essa elevação pode refletir tanto um aumento no volume de recursos públicos mobilizados nos municípios da região quanto uma desaceleração no crescimento econômico da base produtiva regional, tornando os gastos públicos mais representativos no cômputo do PIB. Esse padrão ascendente merece atenção, pois aponta para uma possível ampliação do papel do Estado na sustentação da economia regional (Gráfico 30).

No estado do Pará como um todo, o gasto público munici-

pal como percentual do PIB manteve-se relativamente estável até 2020, com uma leve queda de 11% para 10%, seguida por recuperação até alcançar 13% em 2022. Embora os valores sejam consideravelmente menores que os observados em Pau D'Arco, a trajetória revela um movimento de reforço da atuação municipal nos últimos anos, possivelmente influenciado por transferências federais extras e programas emergenciais decorrentes da pandemia. No entanto, o indicador ainda demonstra uma estrutura estatal em que o setor público municipal, embora relevante, ocupa espaço proporcionalmente mais modesto na composição da atividade econômica (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

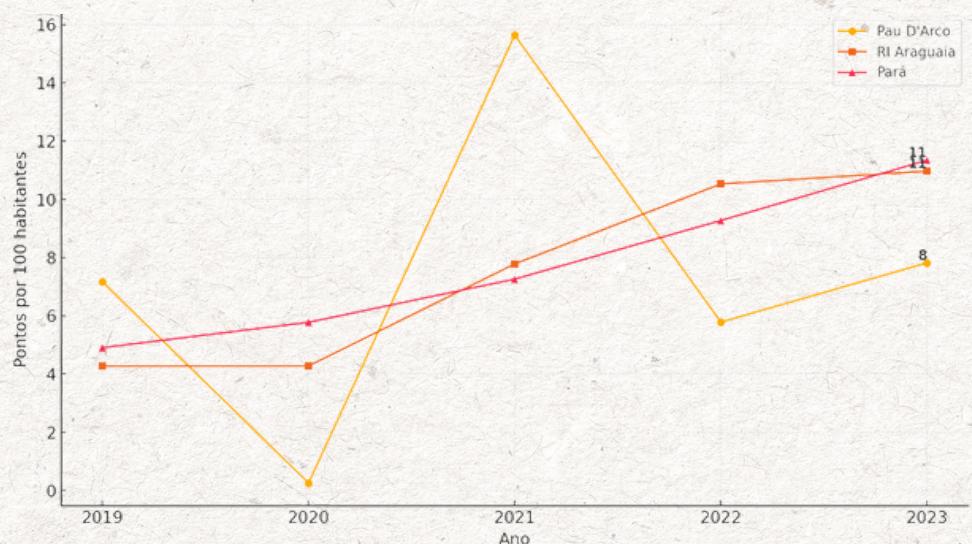
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Pau D'Arco apresentou uma trajetória marcada por forte oscilação. O indicador iniciou o período em 7,2 pontos por 100 habitantes, mas caiu drasticamente para apenas 0,2 em 2020, o que pode estar associado a problemas de infraestrutura, descontinuidade de serviços ou inconsistências no registro dos dados. Em 2021, houve uma recuperação expressiva, atingindo 15,7 pontos – o maior valor do período –, seguida por nova retração para 5,8 em 2022 e uma leve alta para 8,0 em 2023. A volatilidade do indicador sugere instabilidade no acesso ao serviço, possivelmente refletindo dependência de poucas

operadoras ou dificuldades de manutenção técnica em áreas rurais (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Araguaia, o crescimento foi mais linear e consistente, partindo de 4,3 pontos em 2019 e alcançando 11,0 pontos em 2023. Essa evolução gradual indica um processo contínuo de expansão da infraestrutura de conectividade fixa, provavelmente impulsionado por investimentos públicos e privados em telecomunicações. A estabilidade crescente da curva regional em contraste com a instabilidade municipal destaca uma maior resiliência e regularidade no acesso à internet nas cidades vizinhas a Pau D'Arco (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o acesso à banda larga fixa também seguiu uma trajetória ascendente, indo de 4,9 pontos em 2019 para 11,2 em 2023. Esse crescimento reflete o avanço das políticas públicas de inclusão digital e a ampliação da cobertura técnica por parte das operadoras. Embora o estado ainda esteja abaixo da média nacional nesse quesito, a tendência positiva demonstra esforços estruturais no sentido de reduzir o fosso digital, fator essencial para promover equidade de oportunidades em educação, trabalho remoto e acesso a serviços públicos digitais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

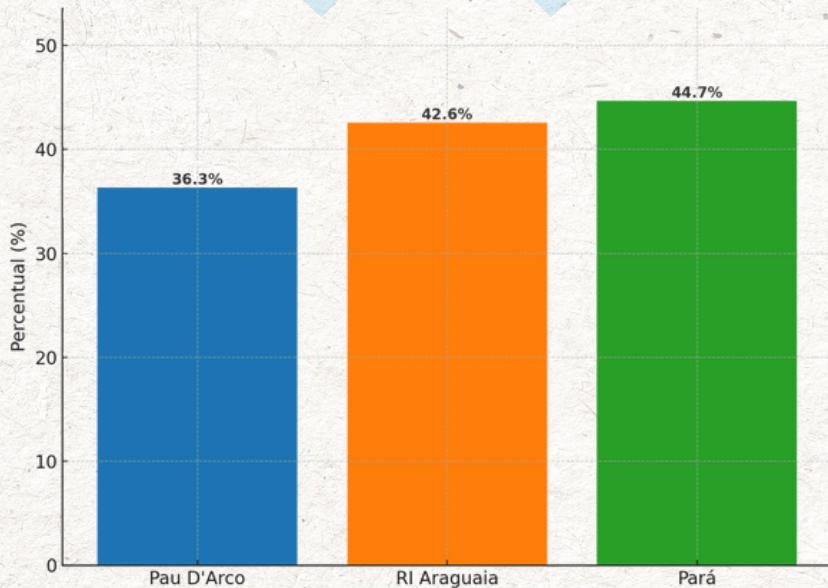
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Pau D'Arco** registrou um IDS de **36,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Pau D'Arco x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



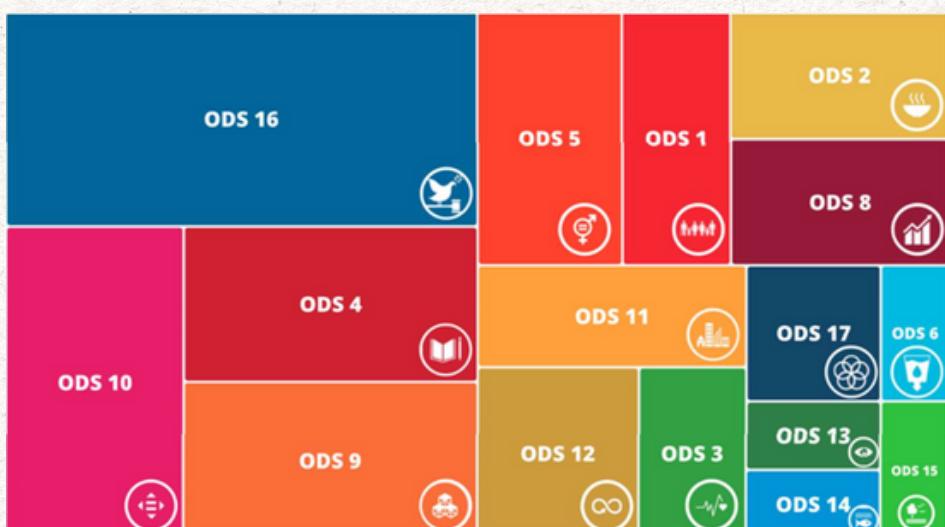
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

